



# SEMANAFGV



UMA PUBLICAÇÃO DA DIREÇÃO GERAL ATRAVÉS DA DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING



## ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Acordo entre Direito Rio e TV Justiça



Joaquim Falcão

Centro de Cooperação Empresarial com o apoio do Jornal Valor Econômico realizam Seminário



Fernando Meirelles

Diretores da EAESP viajam para Harvard

FGV Projetos lança novo site



César Campos

Professor do IBRE participa da Comissão do Salário Mínimo no Senado



Marcelo Neri

Estudo da EBAPE analisa a reforma universitária

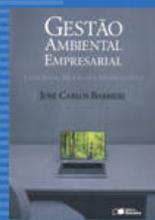


## DESTAQUE PUBLICAÇÕES



### Democracia, Direito e Terceiro Setor

Este livro de autoria do professor Joaquim Falcão, é um diário de viagem a favor da consolidação da... Saiba mais



### Direito e Terceiro Setor

A preocupação com o estado do meio ambiente não é recente, mas foi nas últimas três décadas do século XX que ela entrou... Saiba mais

programa

## CONJUNTURA ECONÔMICA

Tema do Programa Conjuntura Econômica, a ser exibido nesta terça-feira, na TV Cultura.

**VEJA AQUI!**

## Professor do IBRE participa da Comissão do Salário Mínimo no Senado

Nesta quinta-feira Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais (CPS), do IBRE, defendeu em comissão no Senado que antes de se pensar em desvincular a Previdência do salário mínimo, deve-se lançar mão da lei dos pisos estaduais, já aprovada. Argumenta ainda que ao invés do reajuste do salário mínimo e do salário família, hoje em pauta, seria preferível a expansão do bolsa-família, por ser um programa mais focado na população pobre.

Aumentar o salário mínimo atualmente depende dos estados, visto que a legislação já permite essa prática, cabendo apenas aos governadores proporem às Assembléias Legislativas novos pisos salariais. Sendo ele um dos autores dessa lei, Marcelo Neri afirma que esta é uma forma positiva de desvincular o valor do salário mínimo, pois o piso único exerce efeitos conflitantes em relação ao déficit público e a pobreza.

"Aspectos como os hábitos de consumo, o tamanho e a composição das famílias, os preços e a situação fiscal de estados e municípios variam notavelmente de uma região para outra. Logo não se justifica a existência de um único piso salarial" afirma Neri.

Destacou: "83% da renda advinda de benefícios previdenciários vai para os que ganham mais de um salário mínimo, devido à desigualdade dos gastos previdenciários. Os 10% mais altos ficam com 48% da massa de benefícios", o que reforça a idéia da necessidade de planos mais focados na população que



realmente precisa de renda extra, como o Bolsa família e a diferenciação dos reajustes da previdência, privilegiando aqueles que percebem o piso de um salário mínimo. Já a criação do sistema de crédito aos aposentados é interessante pois melhora a qualidade de vida desse segmento sem impactar os cofres públicos.

